

O REGRESSO DAS DITADURAS?: UMA RECENSÃO SOBRE AS NOVAS AMEAÇAS À DEMOCRACIA NO SÉCULO XXI

THE RETURN OF DICTATORSHIPS?: A REVIEW ON THE NEW THREATS TO DEMOCRACY
IN THE 21ST CENTURY

Pinto, António Costa. *O regresso das ditaduras?*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2021.

ALEXANDRE DOS SANTOS GOSSN

*Doutorando em Estudos Contemporâneos junto ao CEIS 20 pela Universidade de Coimbra, mestre em Direito pela Universidade Católica de Santos, pesquisador, escritor e advogado.
Endereço: contato@alexandregossn.com.br*

RESUMO

Partindo da depuração de dados objetivos sobre o recrudescimento de regimes autoritários mundo afora, o *Regresso das Ditaduras* tenta esmiuçar as diferenças e similitudes entre diversas formas de erosão de valores democráticos na atualidade. A presente recensão se dedica a escrutinar este importante lançamento literário do ano de 2021, visto que o retrocesso democrático pode ser mais que uma tendência, mas sintoma de uma patologia política que veio para ficar.

Palavras-chave: Autoritarismo; Democracia; Ditaduras; Liberdade; Política.

ABSTRACT

Starting from the debugging of objective data on the resurgence of authoritarian regimes around the world, *Regresso das Dictatorships* tries to scrutinize the differences and similarities between different forms of erosion of democratic values today. The present review is dedicated to scrutinizing this important literary release of the year 2021, since the democratic setback may be more than a trend, but a symptom of a political pathology that is here to stay.

Keywords: Authoritarianism; Democracy; Dictatorships; Freedom; Politics.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO; 1 O TÍTULO E O ESCOPO; 2 O CONTEXTO; CONCLUSÃO: PROPOSTAS DO LIVRO; REFERÊNCIAS.

INTRODUÇÃO

Em janeiro de 2021, o professor, historiador e sociólogo António Costa Pinto, docente na Universidade de Lisboa, publicou o livro “O regresso das ditaduras?”, objeto da presente recensão. Começo a perscrutar a obra por dois pontos que considero essenciais à análise do escopo do livro, que é o de um possível retorno das ditaduras:

1. A data da publicação, que coincide com os quase 30 anos da seminal obra de Francis Fukuyama, “O fim da história e o último homem”, datada de 1992 e lastreada no artigo homônimo de 1989, divulgado tão logo caíra o muro de Berlim. Voltarei neste tópico mais adiante.
2. O uso da interrogação ao final do título. Por que, afinal, Costa Pinto não cravou uma afirmação com um ponto de exclamação ou, ao menos, com um ponto final? Penso que a recensão deste livro não pode sequer começar sem o enfrentamento destes dois questionamentos.

1 O TÍTULO E O ESCOPO

E proponho começarmos pelo ponto 2: usar a interrogação foi humildade? Bom senso intelectual? Rigor científico? Parece-me que os três. A possível erosão da democracia ao redor do mundo começa por uma percepção individual e seguramente se alastra como uma expressão social contemporânea, tendo sido objeto de inúmeros artigos acadêmicos e dos veículos de comunicação jornalística. Um retorno das ditaduras já não se pode mais conceber como mero delírio individual ou alarmismo de facções, visto que, existindo ou não em termos fáticos, em termos sensoriais, o aludido evento já é notado coletivamente.

Mas, o senso comum, a expressão das ideias da maioria ou mesmo meros *feelings* não são suficientes para se concluir pela existência deste retorno das ditaduras (e tampouco para descartá-lo) e aqui, com o máximo respeito e sem nenhum resquício de ironia, me permito divergir de empiristas britânicos como Hume. A convalidação de hipóteses (e é isso que o suposto regresso das ditaduras é, até ser devidamente escrutinado, enquanto estudo de um pesquisador sério como Costa Pinto)

demanda mais que empirismo: é preciso se confrontar bibliografia, aulas, dados e relativizar diferentes contextos políticos, como requer a ciência social contemporânea.

E foi exatamente o que fez Costa Pinto, garimpando, minerando e filtrando dados, trazendo à lume uma hipótese que merece ao menos ser escrutinada com rigor. A interrogação do título se justifica, portanto, pois demonstra seriedade no compromisso com o tema e a tentativa de verificar cientificamente a veracidade da hipótese, a despeito da nossa condição humana de sermos eternos reféns de nossas ideologias, como lecionam Karl Mannheim, Paul Ricoeur e Clifford Geertz, possivelmente as maiores autoridades dos últimos cem anos no campo do estudo do impacto das ideologias sobre os limites do saber humano

Logo, ponto positivo ao autor já na escolha da pontuação do título, revelando também respeito ao leitor, que poderá, ao fim da leitura, determinar se a interrogação (“?”) poderá dar lugar à afirmação (“.”) ou até se serão necessárias leituras adicionais para ultrapassar-se a questão inicial. Superado este item relacionado ao título e que demonstra a posição topográfica do autor para com o tema estudado na obra ora recenseada, há que se voltar ao tópico cronológico, apontado no item 01 desta recensão. Por que a data desta publicação pode e deve ser cotejada à luz da obra de Fukuyama?

Porque ambas são representativas do *zeitgeist* a que pertencem de uma forma extremamente icônica. Dizer que toda a atividade cultural é produto do seu *zeitgeist* é um truísmo, mas qualquer análise cultural sabe que algumas obras são mais representativas que outras, porque aderem à carne, ossos e sangue de uma era e exprimem melhor que qualquer relato seu próprio tempo. Parece-me parece efetivamente ser o caso de ambos os livros, o de Fukuyama, como legítimo porta-voz do espírito do tempo dos anos 1990 e agora, trinta anos depois, o de Costa Pinto como representante dos anos 2020.

2 O CONTEXTO

Mas, se entre ambos os livros há um claro *continuum*, um fio condutor que os une umbilicalmente, há também, translúcida, uma evidente reversão da carga de expectativa para o futuro por parte de ambos. Se em Fukuyama parte-se do pessimismo dos anos 1970 e 1980 para o otimismo que se apossou dos anos 1990, Costa Pinto faz o caminho inverso, passando do otimismo

dos anos 1990 para o pessimismo que marca os anos 2020, e a obra tenta justamente perscrutar se tal impressão é justificada. Há, contudo, que se exprimir que em ambos os casos, seja o otimismo de Fukuyama ou o pessimismo de Costa Pinto, tais impressões são justificadas e bem alicerçadas nos fatos e dados que forjam os contextos nos quais os dois livros foram escritos. O zeitgeist dos anos 1990 pressupunha que a derrocada da URSS e o conseqüente colapso do comunismo implicariam necessariamente na vitória do modelo democrático liberal. Para Fukuyama, não foi apenas a derrocada de um sistema ideológico, político e econômico que era necessariamente totalitário, mas concomitantemente, esse naufrágio socialista significaria o êxito do modelo democrático.

Naquele frame histórico, Fukuyama não logrou (e provavelmente nem poderia, dada a opacidade de diversos fatos históricos de então) observar que grande parte das democracias recém-surgidas das cinzas da URSS eram precárias e não conseguiriam se sustentar, dados os alicerces frágeis, curtos e quiçá, a própria falta de interesse e ajuda por parte de democracias mais estabilizadas, que por medo de concorrência econômica ou desinteresse, acabaram se alinhando ao consenso de Washington como forma de tratar estes novos Estados. A tese do fim da história também não conseguiu compreender o surgimento de dois modelos híbridos que estavam a caminho dos anos 2020:

I - O caso chinês, que customizou o capitalismo segundo estruturas políticas autoritárias, aquinhoando a população com certo grau de dignidade econômica e material para centenas de milhões e riqueza exponencial para outros poucos, a ponto de estabilizar esta estrutura não democrática com a clara restrição de direitos políticos.

II – O caso de alguns países que não integraram, mas estiveram sob forte influência da URSS, como Polônia e Hungria, ou antigos impérios autocratas como a Turquia (Ex- Império Otomano) e ainda países da América do Sul como a Venezuela, que restringiram uma grande quantidade de direitos políticos e democráticos, mas sem eliminar as eleições, ainda que não seja possível se garantir que estes pleitos sejam justos e competitivos: são as chamadas democracias iliberais.

Costa Pinto parte de um *zeitgeist* que paira sobre esta nova realidade, inacessível nos anos 1990 e escancarada nos noticiários e bancos acadêmicos nos nossos tempos. A questão de fundo para Costa Pinto, portanto, é conferir se estamos, de fato, em um retorno às ditaduras ou estamos agindo sob um *overreacting* psicológico.

AS PROPOSTAS DO LIVRO

Costa Pinto começa a obra recordando que o retorno das ditaduras causa espécie e justos receios para a ordem democrática por dois motivos básicos: a quantidade de países autoritários, que segundo o autor, já constituem 1/3 das nações do globo e pelo fato de parte relevante destas nações ser composta de grandes atores geopolíticos, isto é, não estamos falando de repúblicas longínquas comandadas por caudilhos excêntricos. Se o número crescente de ditaduras revela mais a falta de qualidade das democracias que ruíram ou jamais se instalaram nestes locais, a falta de democracia em grandes *players* globais revela o poder de atração do chamado autoritarismo competitivo ou eficiente, em termo muito utilizado pelo cientista político britânico David Runciman. Para tornar o papel da democracia ainda mais difícil, Costa Pinto recorda que alguns destes grandes *players* globais têm se saído bem no âmbito econômico, diplomático e bélico, esticando cada vez mais a corda para democracias frágeis ao redor do mundo. Quando faltam alimentos no prato, água encanada, vacinas ou medicamentos básicos, se torna muito difícil falar em construtos sociais abstratos e complexos como instituições políticas.

Costa Pinto faz bem em recordar que há uma falsa impressão de muitas ditaduras, como se fossem elas governadas por um único homem ou mulher, como se fosse possível a um ser humano se impor absolutamente pelas armas, medo, poder ou ideias políticas e todos os demais atores sociais e cidadãos quedassem inertes como meros espectadores. Segundo Costa Pinto, não é o que geralmente se sucede. Para vingarem, ditaduras costumam se apoiar em um *pool* de interesses, corporações, militares, dinastias familiares, redes de comunicação, grupos religiosos ou políticos e até mesmo em classes profissionais. Não raramente, a elite econômica embarca no projeto autoritário e o utiliza, seja para manter seu *status* social e econômico, seja para ampliá-lo perante os próprios concidadãos ou adversários estrangeiros. Mais que um projeto contra a democracia, para o autor, nestes casos, a ditadura é um projeto pessoal (ou de grupos) com finalidade mais ampla que simplesmente alijar a população das principais decisões do estado. Por vezes, o interesse do grupo que dá sustentáculo às ditaduras pode ser a remoção de direitos democráticos, não para obter outro alvo, mas porque a própria remoção destes direitos democráticos já angaria ao referido grupo dividendos políticos, sociais e econômicos.

A obra define ditadura como um regime sem eleições livres e competitivas e não se nega que a definição se aproxima do significado de ditadura, mas me parece que uma ditadura também é isso, mas não somente isso. Segundo entendo, neste ponto específico, o livro oferece uma definição de ditadura que me parece suficiente para delinear uma ditadura, mas me parece insuficiente para espelhar o que seria, afinal, então, a democracia. Parece-me que se a própria tese central do autor é a de que as ditaduras atuais não são deflagradas mediante golpes de inopino como no passado, que mais que subvertiam, revertiam diametralmente a ordem vigente, há que se olhar com maiores detalhes o conceito de ditadura na contemporaneidade. Se as ditaduras do passado optavam pela reversão e as atuais ficam com a subversão, a lenta e gradual corrosão da ordem democrática, é preciso se atentar ao conceito a ser apresentado na atualidade. Do contrário, corre-se o risco de definir ditaduras segundo o *zeitgeist* dos anos 1990 de Fukuyama e assim, se ver restrito aos limites que a teoria do fim da história tinha, com o agravante que temos mais dados agora.

Sem dúvida, trata-se de uma obra necessária, que prima pela concisão e tem o mérito de tratar de um tema, absolutamente candente no momento, de forma didática, mas senti falta de se definir ou apontar, com maior profundidade, as possíveis causas para a corrosão da democracia nos últimos 15 anos. Onde fica a análise dos problemas conjunturais do neoliberalismo? E os retrocessos no *welfare state* de inúmeras democracias desde os anos 1970? São temas que parecem ostentar enorme conexão com a crise da democracia no século XXI, a despeito de serem problemas que foram fermentando gradualmente décadas atrás.

O populismo e a polarização são superficialmente ventilados, mas não são devidamente escrutinados e não há o apontamento da gênese desta conjuntura tecnológica, política e neopopulista que atravessamos. Outra falta sentida me parece ser a da análise do uso das novas tecnologias de comunicação, especialmente as redes sociais, tanto para se tentar preservar direitos democráticos, como para se erodir o arcabouço da democracia. Consoante lições de Cathy O'Neill, Nancy Bermeo, Luciano Floridi e Giuliano da Empoli, nos cingindo apenas em alguns dos mais proeminentes autores que investigam em profundidade o uso das redes sociais como maquinaria para corroer a ordem democrática. O uso das redes possui impacto significativo no esboroamento das democracias liberais e o tema foi pouco abordado. Há que se reconhecer que, embora essas ferramentas (redes sociais) não sejam a causa do fenômeno corrosivo, é evidente que ostentam relevante contribuição para o naufrágio de democracias ao redor do globo. São mais sintomas do

que causas, mas são sintomas que, ao não receberem o tratamento devido, agravam, agudizam o processo degenerativo democrático e merecem escrutínio abrangente.

Por outro lado, o diagnóstico sobre as crises dos partidos políticos é referido e analisado com acurácia, a despeito de não ser a crise partidária também uma causa primária da penúria das democracias, mas sim, novamente, um sintoma da causa real que é a atomização social promovida pelo capitalismo em sua fase pós-moderna. Os partidos não se esvaíram por se esvaír, mas sim, porque as pessoas estão mais solitárias e sentem menos interesses nos assuntos públicos, aspecto que é o coração da pólis e da democracia segundo Aristóteles e Richard Sennet.

A obra tem notável mérito em listar aspectos que compõem as novas ditaduras e até seus subprodutos, tais como as eleições fraudulentas ou que até podem ser competitivas, mas nunca produzem os efeitos desejados pelo resultado apurado, porque as lideranças autoritárias logram utilizar as instituições para subverter os resultados, seja não reconhecendo-os como legítimos, seja instituindo referendos e plebiscitos para alterar o resultado das votações. Como parte deste caráter convulsivo de permitir eleições, mas só aceitar certos resultados, a obra aponta também aos avanços que certos regimes fazem em face de outros poderes, destruindo o princípio da separação tripartite de poderes tal qual desenhado por Montesquieu. Para barrar os resultados não desejados de alguma votação, pode-se fazer o uso do Poder Legislativo, interferindo no pleito diretamente ou instituindo uma nova lei que impeça o resultado do pleito em se concretizar ou pode-se apelar a um Judiciário subserviente, extraindo-se uma sentença que aniquile a votação sob a alegação de alguma violação legal, por meio da chamada *lawfare*.

A despeito de fazer alusão aos órgãos responsáveis por cuidar da propaganda das ditaduras, mencionar o uso de grupos militares e paramilitares para reprimir anseios democráticos e impor a ordem autoritária, senti falta na obra de menção às chamadas milícias digitais, muito comuns em países como Índia, Rússia, Hungria, EUA, Polônia e Brasil, que não ostentam posição oficial no regime vigente, mas atuam extraoficialmente (embora com muita efetividade) para intimidar dissidentes, jornalistas, acadêmicos e cientistas, como narra com detalhes a jornalista brasileira Patrícia Campos Mello em seu trabalho “A máquina do ódio”.

Por fim, a obra tem o mérito em apontar corretamente que a deterioração da democracia não decorre de movimentos políticos típicos de um espectro ideológico, sendo em rigor, uma universal na era contemporânea, tanto à direita na Polônia, como à esquerda no México, podendo se dar pela

supressão de direitos políticos por Estados poderosos como a China, ou pela simples perda da qualidade da ordem liberal em democracias maduras, como ocorreu durante a homologação da vitória do então candidato Joe Biden nos EUA, culminando-se na inédita invasão do Capitólio, seguida de cinco mortos e centenas de feridos. A obra também não aponta ao evidente decréscimo da qualidade democrática no mundo ao longo da pandemia, mas tendo em vista que fora produzida e lançada em janeiro de 2021, parece justo se afirmar que ainda não existiam dados e distanciamento histórico suficientes para se trabalhar esta clara conclusão, explicitada no último relatório da *Freedom House*.

Coimbra, janeiro de 2022.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Tradução de Leonel Vallandro & Gerd Bornheim. *In: OS PENSADORES*. São Paulo: Nova Cultural, 1973.

ARISTÓTELES. **Política**. Versão de domínio público editada pela Lebooks, 2019.

BERMEO, Nancy. **Cidadãos, Escassez e o colapso da democracia na Europa de entre as Guerras**. Disponível em: <file:///C:/Users/USER/Downloads/Dialnet-GettingMadOrGoingMad-2655675.pdf>

EMPOLLI, Giuliano da. **Os engenheiros do caos**. São Paulo: Vestígio, 2019.

FLORIDI, Luciano. **The fourth revolution: how the infosphere is reshaping human reality**. New York: Oxford University Press, 2014.

FUKUYAMA, Francis — **O fim da história e o último homem**. Tradução de Aulyde Soares Rodrigues. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1992.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Sem referência de tradutor. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia & Utopia**. Tradução de Sérgio Magalhães Santeiro. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1986.



RECENSÃO: PINTO, ANTÓNIO COSTA. O REGRESSO DAS
DITADURAS? FUNDAÇÃO FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS,
2021.

ALEXANDRE DOS SANTOS GOSSN

MELLO, Patrícia Campos de. **A máquina do ódio**: notas de uma repórter sobre fakenews e violência digital. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

MONTESQUIEU. **Do espírito das leis**. Edição eletrônica de domínio público.

O'NEIL, Cathy — **Algoritmos de destruição em massa**. Tradução de Rafael Abraham. Santo André: Rua do Sabão, 2020.

RICOEUR, Paul. **A Ideologia e a Utopia**. Tradução de Silvio Rosa Filho & Thiago Martins. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

RUNCIMAN, David — **Como a democracia chega ao fim**. 1ª ed., São Paulo: Todavia, 2018.

SENNET, Richard. **Carne & Pedra**: O Corpo e a Cidade na Civilização Ocidental. Tradução de Marcos Aarão Reis. Rio de Janeiro: BestBolso, 2016.

Recebido em: 15/02/2022 / Aprovado em: 23/03/2022